



Plenária estadual sobre PCS da Caixa será no dia 12 em Vitória

O objetivo é construir propostas para a plenária nacional, que será realizada no dia 16 de maio, em São Paulo

O Sindicato convoca todos os empregados da Caixa no Espírito Santo para a plenária sobre o PCS que será realizada na sede da entidade, em Vitória, no dia 12 de maio, às 18h30. Os participantes vão discutir a proposta do banco e sugerir alterações, que serão levadas à plenária nacional, evento marcado para o dia 16 de maio, em São Paulo.

A plenária é aberta a todos os empregados. “É importante a participação de todos, especialmente dos delegados sindi-

cais, que devem organizar as discussões na base, e daqueles com funções técnicas e gerenciais, pois a proposta de unificação das tabelas apresentada pela CEF não trata das questões do PCC, discussão essa que precisa ser feita junto com o PCS”, afirmou a diretora do Sindicato Bernadeth Martins.

Na reunião com a Contraf/CUT e a Comissão Executiva dos Empregados realizada nesta quarta-feira (23) a Caixa também apresentou a proposta da PLR 2008, que representa um retrocesso em

relação ao que está previsto hoje na Convenção Coletiva e no acordo específico.

Além disso, o banco também levou para a reunião a proposta de criação das Comissões de Conciliação Prévia (CCP), que, como mostram experiências em outros bancos públicos, favorecem apenas os patrões. A CCP é um dispositivo de negociação dos bancos diretamente com seus empregados para eliminar passivo trabalhista. O Sindicato é radicalmente contrário a essas comissões, pois reduzem direitos trabalhistas.

Veja os detalhes da negociação do dia 23

PCS

Quanto à unificação das tabelas dos PCS, a Caixa teima em itens com os quais os empregados jamais vão concordar, como a vinculação ao saldamento do Reg/Replan; o excesso de níveis – são 72 – com remota possibilidade de um empregado atingir o cume da tabela de progressão. “Há itens absurdos. Por exemplo: só pode optar pelo PCS quem aderir ao Novo Plano da Funcef e quem não tiver ações na Justiça contra o banco”, reage Bernadeth Martins.

A Caixa propõe promoção anual, limitada a 1% da folha de pagamento, incluídas aí as promoções por antigüidade. Assim, a distribuição de deltas por merecimento chegaria ao máximo de 2 por empregado a cada

ano. Mesmo levando em conta que a cada dois anos é dado 1 delta por antigüidade, em uma carreira de 30 ou 35 anos, fica difícil alcançar o nível 72.

PLR

Na proposta de PLR 2008, a Caixa estabeleceu um teto: 11,25% do lucro líquido, limitado ainda a 25% do valor dos dividendos remetidos ao governo. A distribuição fica condicionada ao alcance da meta de retorno sobre o patrimônio líquido e ao mínimo de 80% de cumprimento das metas do AvGestão (sistema de acompanhamento de desempenho das unidades).

A proposta é um retrocesso. Hoje, o pagamento da PLR não está vinculado ao cumprimento de metas e a distribuição é feita pela sim-

ples realização de lucro no período. Há um piso de 5% do lucro líquido e, quando o banco não atinge o piso de 5%, paga o valor correspondente a dois salários do empregado.

Além disso, pela proposta da Caixa, a distribuição seria feita da seguinte forma: 35% do montante distribuídos linearmente; 65% distribuídos de forma variável, sendo 40% com base no resultado da unidade e 25% com base no grupo de cargo. Ou seja, quanto maior o cargo, maior o valor recebido.

Atualmente, o valor pago é linear para os funcionários de todos os cargos e há uma parcela variável, baseada em percentual do salário e com teto de pagamento. Desta forma, fica menor a diferença a favor dos salários mais altos.

FAVOR AFIXAR NO QUADRO DE AVISOS